

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.984 - SC (2018/0320193-5)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS : PAULO CESAR DA ROSA GOES - SC004008
GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELI - SC008927
RODRIGO FRASSETTO GÓES - SC033416
ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - AL013983A
AGRAVADO : ADELITA DA ROSA
ADVOGADO : PABLO JOSE DEPINE - SC035916

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AGRAVO QUE NÃO INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INC. III, DO NCPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. (AYMORÉ) propôs ação de busca e apreensão contra ADELITA DA ROSA (ADELITA), que foi julgada improcedente.

Inconformados, AYMORÉ e ADELITA apelaram da sentença. O aresto se encontra assim sintetizado:

APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - SENTENÇA DE EXTINÇÃO, COM FULCRO NO ART. 485, VI, DO CPC/2015- INCONFORMISMO DE AMBAS AS PARTES.

RECURSO DA CASA BANCÁRIA ADUZIDA A INSUFICIÊNCIA DO VALOR DEPOSITADO - REJEIÇÃO - ALEGAÇÕES GENÉRICAS, SEM INDICAÇÃO DO MONTANTE AINDA DEVIDO - ADEMAIS, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS QUE SÃO EXIGÍVEIS APENAS AO FINAL DO PROCESSO - PRECEDENTES DO C. STJ E DESTA CORTE.

PRAZO PARA QUITAÇÃO DA DÍVIDA - TERMO INICIAL DA JUNTADA DO MANDADO DE BUSCA, APREENSÃO E CITAÇÃO DEVIDAMENTE CUMPRIDO - CONTAGEM EM DIAS ÚTEIS - EXEGESE DO ART. 219 DO CPC/2015 - PRAZO OBSERVADO PELA MUTUÁRIA.

PAGAMENTO DO DÉBITO QUE CARACTERIZA O RECONHECIMENTO DO PEDIDO INICIAL E ENSEJA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 487, III, "A" DO CPC/15 - MULTA DE 50% PREVISTA NO ARTIGO 3º, § 6º, DO DECRETO-LEI N. 911/1969 - AFASTAMENTO - PENALIDADE CABÍVEL APENAS QUANDO A AÇÃO FOR

JULGADA IMPROCEDENTE - RECLAMO ACOLHIDO NOS PONTOS RECURSO DA RÉ JUSTIÇA GRATUITA - BENEFÍCIO JÁ CONCEDIDO EM PRIMEIRO GRAU - AUSÊNCIA DE INTERESSE - NÃO CONHECIMENTO.

INSURGÊNCIA COMUM VALOR A SER RESSARCIDO À MUTUÁRIA - PREÇO DE MERCADO DO BEM, À ÉPOCA DA SUA APREENSÃO, DE ACORDO COM A TABELA FIPE - INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA A PARTIR DESTE MARCO - ACOLHIMENTO DO RECLAMO DA DEMANDADA NO PONTO.

ÔNUS SUCUMBENCIAIS - MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO IMPOSTA À DEMANDADA.

MAJORAÇÃO, EX OFFICIO, DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS APENAS EM FAVOR DOS CAUSÍDICOS DA CASA BANCÁRIA - EXIGIBILIDADE SUSPensa. RECURSO DA CASA BANCÁRIA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO - APELO DA DEMANDADA CONHECIDO EM PARTE E, NESTA, PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ, fls. 207/208).

Irresignada, AYMORÉ interpôs recurso especial, com amparo nas alínea *a e c*, do permissivo constitucional, alegou violação ao art. 2º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69, sustentando que a Tabela FIPE não poderá ser utilizada como critério para definição do efetivo valor do bem.

O Presidente do Tribunal da Justiça do Estado de São Paulo deixou de admitir o recurso interposto à incidência da Súmula nº 83 do STJ.

Interposto o agravo em recurso especial, AYMORÉ alegou que a matéria foi prequestionada e que não pretende reexaminar fatos e provas.

Contraminuta não foi apresentada (e-STJ, fl. 259).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que o presente agravo em recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não merece prosperar.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra o fundamento da decisão agravada atinente à incidência da Súmula nº 83/STJ.

Na hipótese em que se pretende impugnar, em agravo no recurso especial, a incidência da Súmula nº 83/STJ, é necessária a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior, ou, que a divergência é atual.

Assim, o recurso não se mostra viável, o que enseja a sua inadmissão.

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Por fim, advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator